



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ORLÂNDIA - 0146

[2501 a 3000 processos]

Aos 11 dias do mês de setembro de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 10/2017, divulgado em 22/08/2017 no DEJT (Edição 2297/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 82). Presentes o Juiz Titular RODRIGO PENHA MACHADO (licença saúde), a Juíza Substituta Auxiliar Fixa MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS (do Posto Avançado) e a Juíza Substituta MILA MALUCELLI ARAUJO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	MORRO AGUDO, NUPORANGA, SALES OLIVEIRA, ORLANDIA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	27/10/2005
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	29/09/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	12 %
Acervo PJe/Acervo Total:	88 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RODRIGO PENHA MACHADO	07/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	29/05/2017

Afastamentos: Não houve

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MARCIA CRISTINA SAMPAIO MENDES	16/04/2012

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/08/2016 a 15/09/2016	FERIAS
16/09/2016 a 16/09/2016	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
19/09/2016 a 18/10/2016	FERIAS
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS
16/02/2017 a 17/02/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
20/02/2017 a 21/02/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
26/03/2017 a 26/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
29/04/2017 a 29/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
30/04/2017 a 30/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/05/2017 a 15/06/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 29/08/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ADELIA WEBER LEONE ALMEIDA FARIA	07/08/2017 a 13/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO NATALI COSTA	16/09/2016 a 19/12/2016
FABIO NATALI COSTA	07/01/2017 a 08/01/2017
FABIO NATALI COSTA	09/01/2017 a 07/02/2017
FABIO NATALI COSTA	08/02/2017 a 16/05/2017
FABIO NATALI COSTA	16/06/2017 a 20/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/10/2016 a 15/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
27/11/2016 a 27/11/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/12/2016 a 17/12/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
18/12/2016 a 18/12/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
05/03/2017 a 05/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
11/03/2017 a 11/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
12/03/2017 a 12/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/04/2017 a 15/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
16/04/2017 a 16/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	17/05/2017 a 28/05/2017
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	29/05/2017 a 15/06/2017
LUIZ ROBERTO LACERDA DOS SANTOS FILHO	16/06/2017 a 18/06/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 29/08/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LUIZA HELENA ROSON	19/07/2017 a 06/08/2017
LUIZA HELENA ROSON	14/08/2017 a 17/08/2017
LUIZA HELENA ROSON	18/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	07/01/2017 a 29/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	17/08/2016 a 15/09/2016
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	16/09/2016 a 18/09/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALDIMAR DE AGUIAR	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	10/02/2006
ALESSANDRO OTAVIO PALHARES	REQ	FC-03 ASSISTENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO	31/07/2013
ANDREZA APARECIDA SILVA PUGIM	REQ	FC-01 EXECUTANTE	24/10/2013
ANGELICA ZANON SILVA MARTINS	AJ-OJA	-	18/11/2013
CLAYTON DE ANDRADE FERNANDES	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	21/10/2013
DANIELA BOLOGNESI BOMBIG BARBOSA	AJ-OJA	-	27/10/2005
EDIS DIAS LEDESMA	TJA	FC-05 ASSISTENTE-CHEFE DE POSTO AVANÇADO	17/08/2016
FREDERICO CARVALHO ABIB	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	20/11/2014
LEANDRO CRISTINO ALVES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/03/2017
MARIA TEREZA PANTALEO LEONARDI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	18/02/2008
OTACIR DE PAULA MALTA	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/05/2010
PAULO SERGIO DE LIMA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	24/09/2008
REINALDO REALINO JUNIOR	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	18/02/2008
RODRIGO BERTONI DO NASCIMENTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/02/2015
VICTOR CADEO PERES ROLA	ND	FC-01 EXECUTANTE	17/03/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			7



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	5
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	62
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	69



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GABRIELE FERREIRA BEIRIGO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
HELDER RODOLFO BORGES SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/07/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS	50
FABIO NATALI COSTA	67
MARCIA CRISTINA SAMPAIO MENDES	23

SERVIDORES	HORAS
ALDIMAR DE AGUIAR	55
ANDREZA APARECIDA SILVA PUGIM	40
ANGELICA ZANON SILVA MARTINS	40
EDIS DIAS LEDESMA	55
RODRIGO BERTONI DO NASCIMENTO	17



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	586	1.602	---
	Aguardando encerramento da instrução	396	1.061	---
	Aguardando prolação de sentença	37	163	---
	Aguardando cumprimento de acordo	468	420	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.734	1.718	---
	Pendentes de finalização	3.221	4.963	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	251	493	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	240	284	---
	Pendentes de finalização	491	777	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	409	1.248	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	35	153	---
	Pendentes de finalização	444	1.401	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	83	---
TOTAL		4.159	7.224	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	203	189	37
Exceções de Incompetência	152	86	30
Antecipações de Tutela	83	72	15
Impugnações à Sentença de Liquidação	12	11	5
Embargos à Execução	59	60	14
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	4	2
TOTAIS	514	423	103



6 - RECURSOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.033	1.017	92
Recurso Adesivo	175	168	22
Agravo de petição	67	63	7
Agravo de Instrumento	12	7	6
TOTAIS	1.287	1.255	127



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	441	180	222	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.948	204	386	---
Total / Média	2.389	200	342	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	416	130	226	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.879	197	392	---
Total / Média	2.295	185	346	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	113	16	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	951	22	42	---
Total / Média	1.064	21	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	82	113	232	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	447	139	240	---
Total / Média	529	135	238	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	236	447	1.710	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	7	247	1.104	---
Total / Média	243	442	1.647	---

*Do início até a extinção da execução

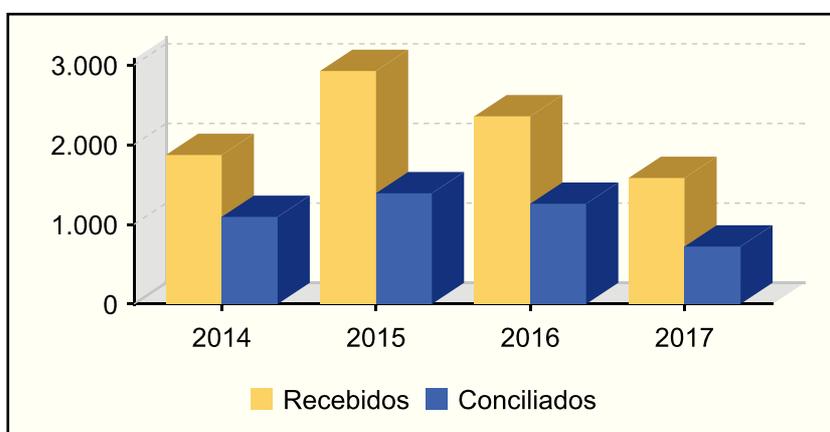


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

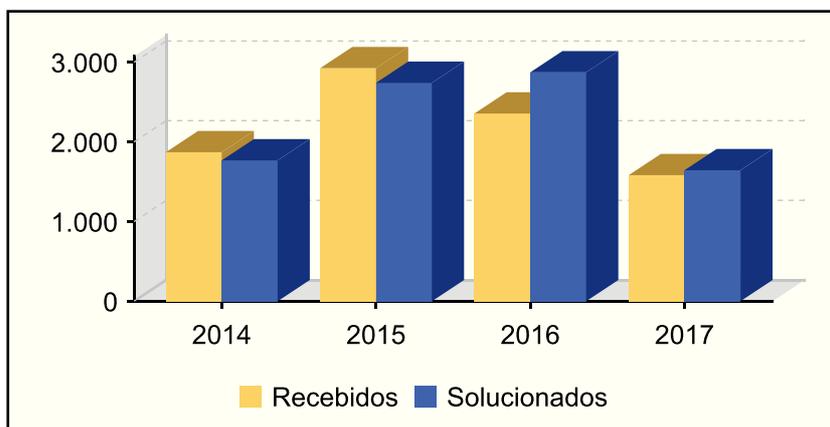
8.1 - Índice de conciliações [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.871	1.094	58,47
2015	2.926	1.391	47,54
2016	2.357	1.259	53,42
2017	1.583	722	45,61



8.2 - Índice de soluções [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.871	1.769	94,55
2015	2.926	2.742	93,71
2016	2.357	2.874	121,93
2017	1.583	1.645	103,92



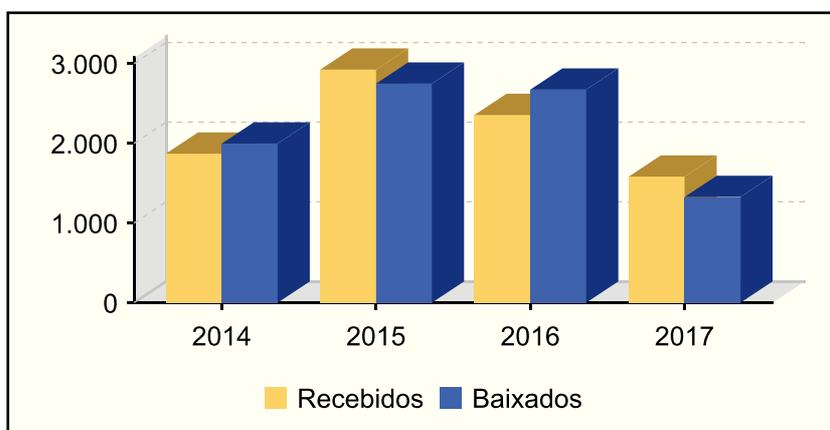


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

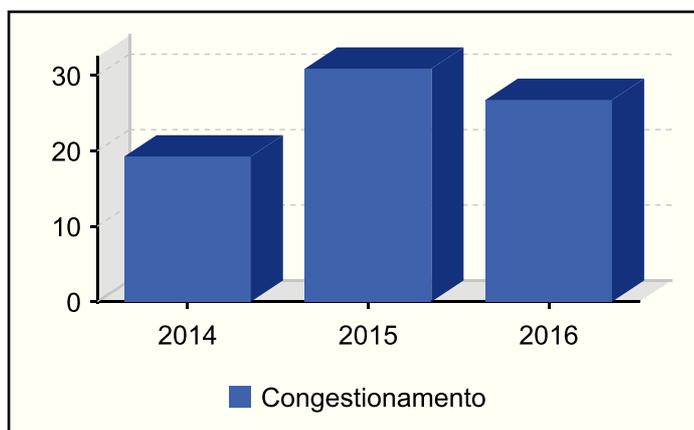
8.3 - Índice de baixas [até 07/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.871	1.998	106,79
2015	2.926	2.750	93,98
2016	2.357	2.675	113,49
2017	1.583	1.327	83,83



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	320	1.871	1.769	19,26
2015	1.043	2.926	2.742	30,91
2016	1.567	2.357	2.874	26,76

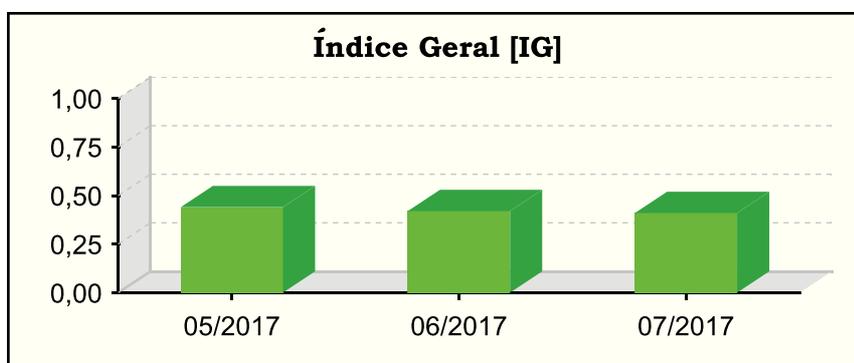
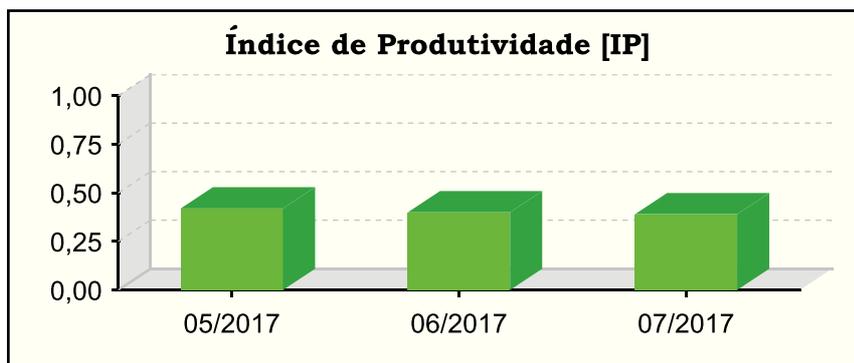
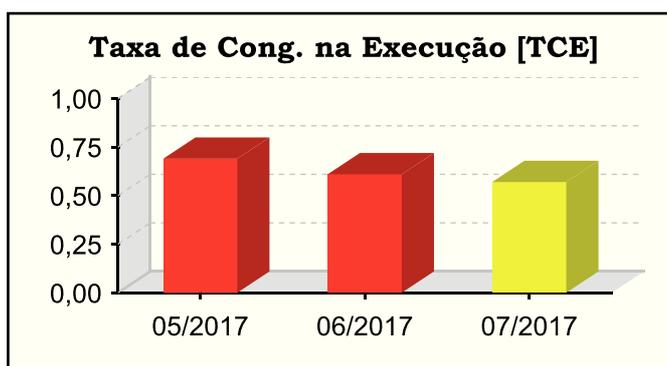
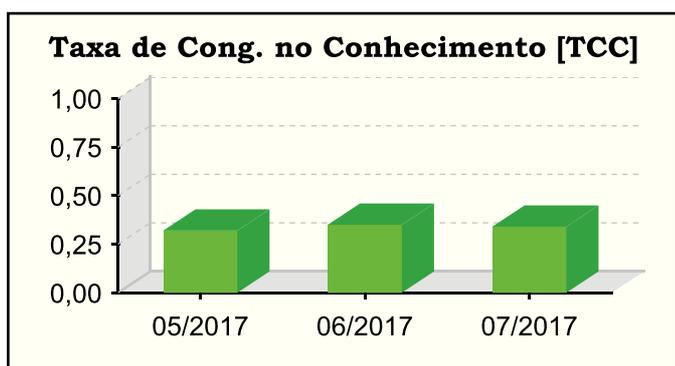




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
05/2017	0,32	0,69	0,42	0,44
06/2017	0,35	0,61	0,40	0,42
07/2017	0,34	0,57	0,39	0,41





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.176	98,0	45,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	960	80,0	37,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.136	178,0	83,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	466	38,8	18,1
Incidentes Processuais Resolvidos	452	37,7	17,6
Dias-Juiz	771	64,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.144	89,5	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	33.723	96,9	54,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	64.867	186,4	104,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.155	32,1	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	25.577	73,5	41,2
Dias-Juiz	18.612	53,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.615	70,6	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	151.772	82,7	52,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	281.387	153,3	97,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.701	27,1	17,2
Incidentes Processuais Resolvidos	109.330	59,5	37,9
Dias-Juiz	86.555	47,1	---

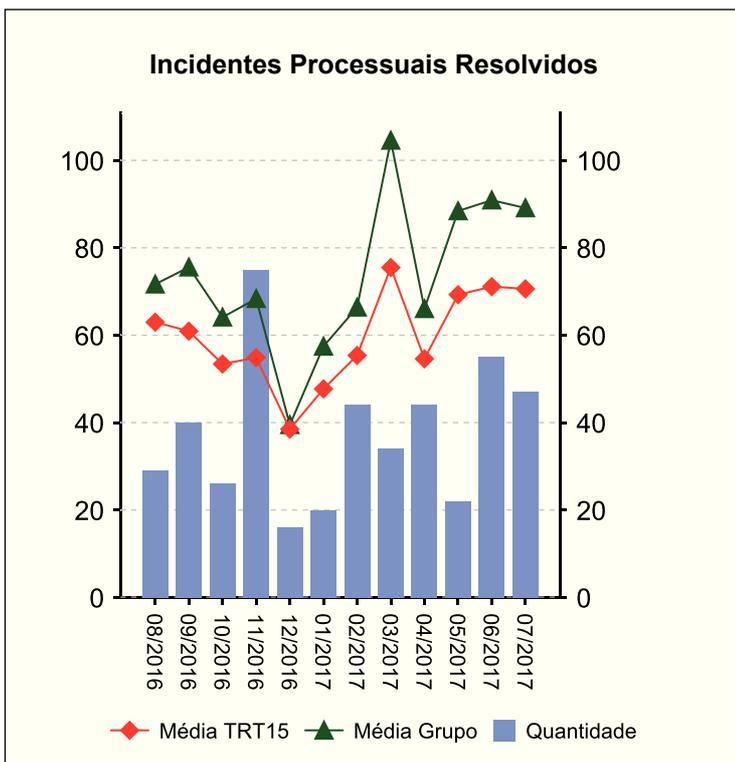
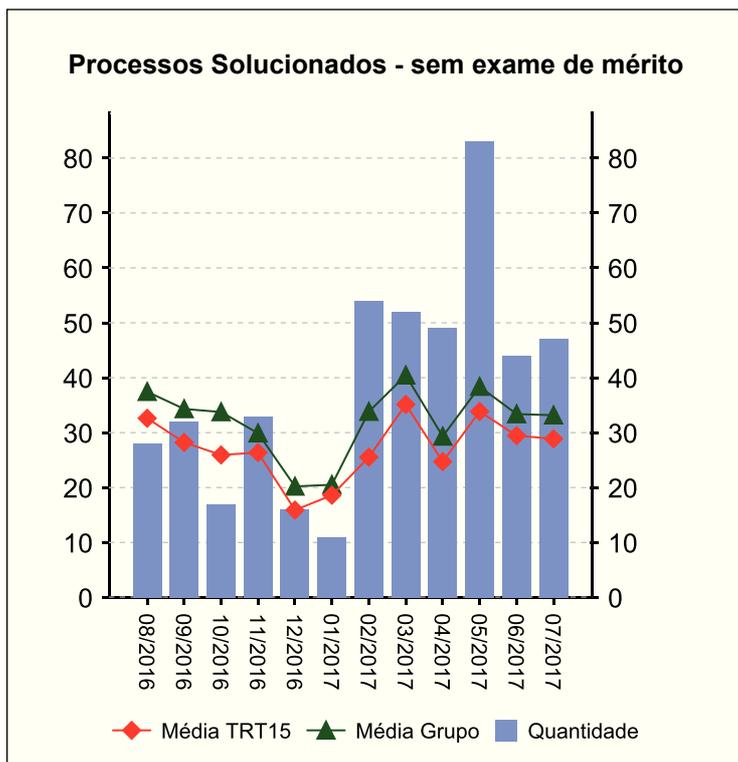
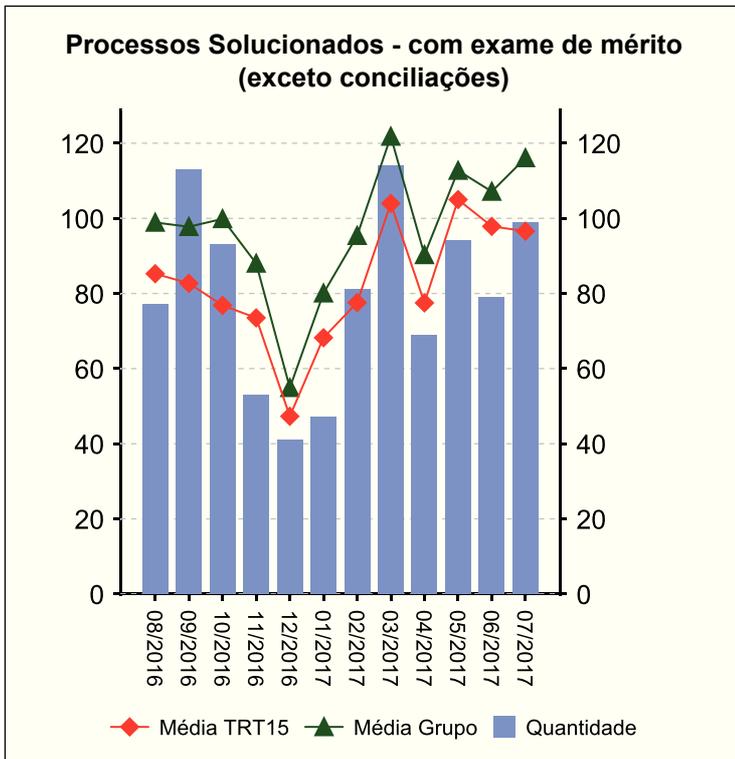
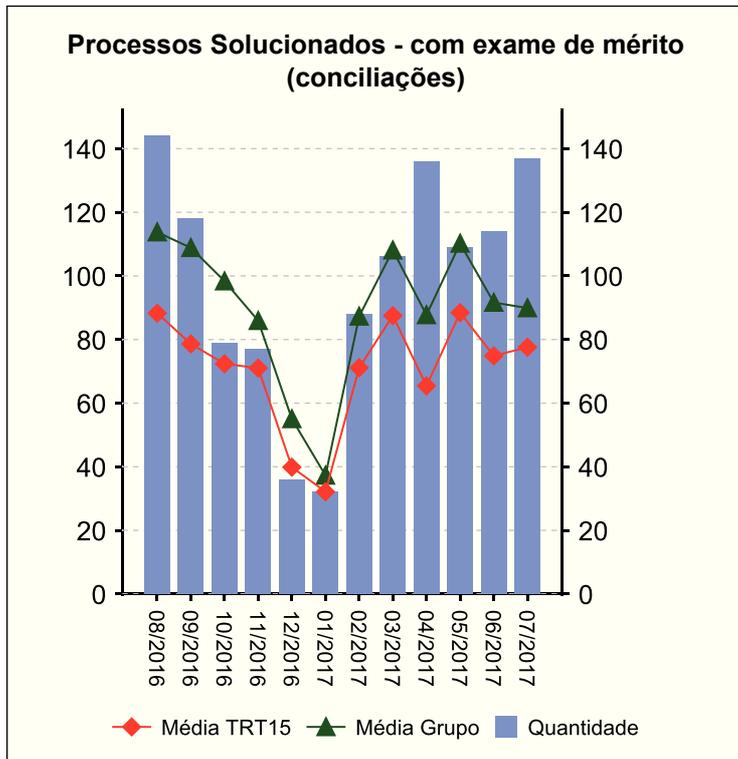
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.601	133,4	62,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.073	89,4	41,8
Sessões de audiência realizadas - una	762	63,5	29,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	141	11,8	5,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	75	6,3	2,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.835	152,9	71,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	216	18,0	8,4
Dias-Juiz	771	64,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.612	53,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.555	47,1	---

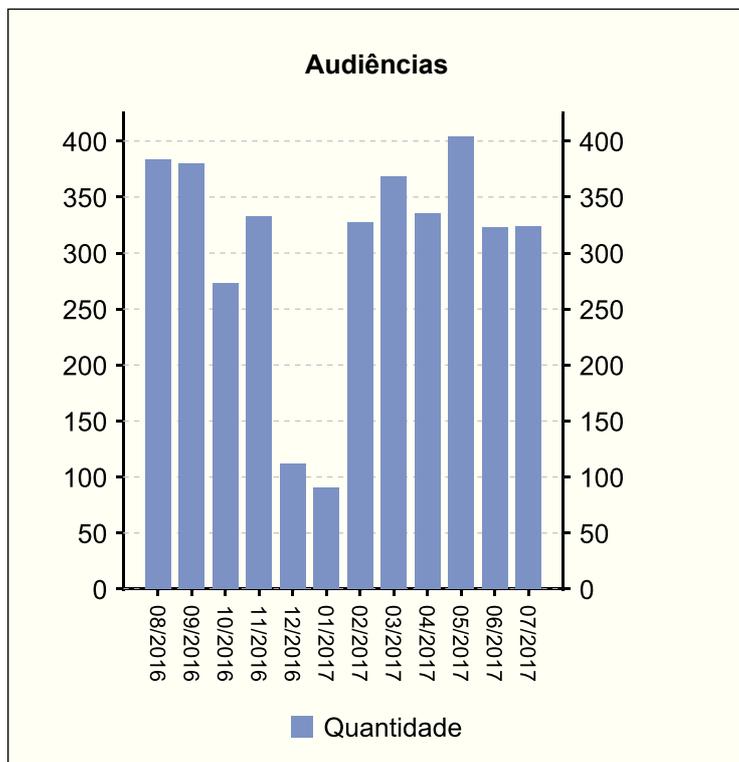


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

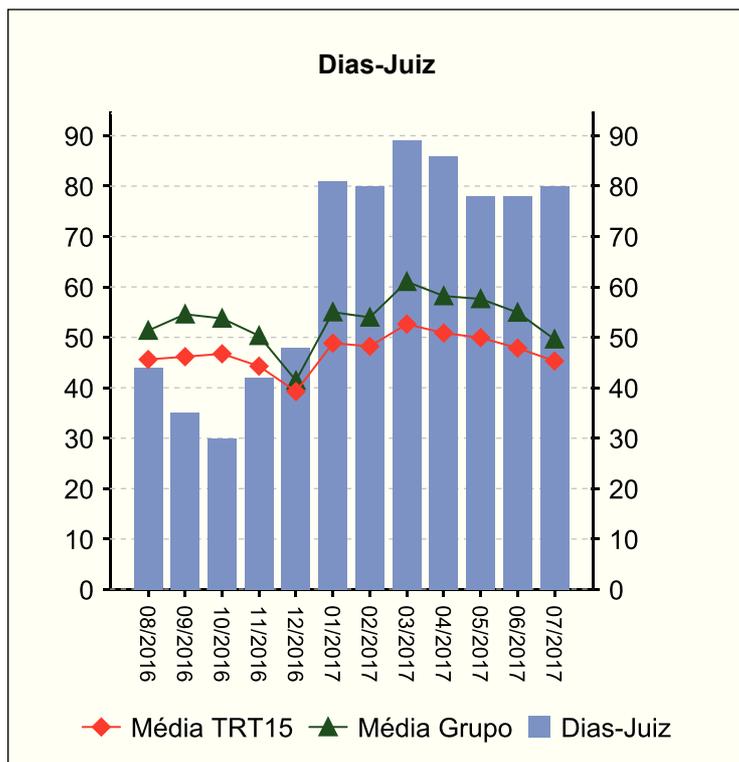
[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2016	40	7	150	103	83	383
09/2016	18	18	146	121	77	380
10/2016	11	9	99	82	72	273
11/2016	4	10	133	100	86	333
12/2016	8	9	36	42	17	112
01/2017	1	1	32	34	22	90
02/2017	6	1	135	111	74	327
03/2017	9	6	185	116	52	368
04/2017	11	1	166	80	77	335
05/2017	14	5	177	115	93	404
06/2017	11	2	156	98	56	323
07/2017	8	6	186	71	53	324
Total	141	75	1601	1073	762	3652



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2016	44
09/2016	35
10/2016	30
11/2016	42
12/2016	48
01/2017	81
02/2017	80
03/2017	89
04/2017	86
05/2017	78
06/2017	78
07/2017	80
Média Mensal	64,2



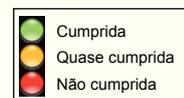
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

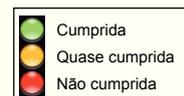
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2357	2874	0	196	240	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

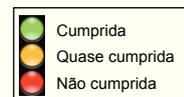
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1871	1684	2698	0	240	75	31 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
486	282	204	40	24	58 %





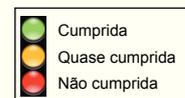
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

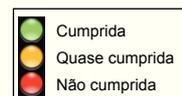
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
3	2	1	1	67 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
95	216	93	-32 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 75.699,97	R\$ 502.346,62	R\$ 0,00	R\$ 1.721.003,12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	1
2015	15
2016	94
2017	909



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2.497	10	0	10	2
1.574*	07	0	07	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

* Dados relativos ao Posto Avançado de Morro Agudo.

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 13 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria (17 servidores). Nesse número, importante observar que estão considerados os servidores que atuam no Posto Avançado de Morro Agudo – já que sua lotação oficial é a Vara de Orlândia.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 25/08/2017)

PJe

Data de corte: 31/07/2017

Saldo: 68

Data do mais antigo: 01/07/2017

SAP

Data de corte: 31/07/2017

Saldo: 34

Data do mais antigo: 07/07/2017

Total: 102



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,41.

Observa-se que em janeiro houve mudança de grupo, conforme previsto na Portaria supracitada, e no relatório de 01/2017 o Índice Geral era de 0,46, o que demonstra melhora nos últimos meses, e reflete, entre outros fatores, a redução do congestionamento na fase de execução (TCE de 0,70 em 01/2017, chegando a 0,57 no relatório de 07/2017), embora, na fase de conhecimento, a TCC – taxa de congestionamento tenha oscilado, em 07/2017, recuperou o mesmo índice de 01/2017. Esse resultado sinaliza empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho, especialmente na fase executória.

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de pequeno saldo de processos sem tramitação, especialmente em comparação com a média trienal de processos recebidos (entre 2.501 e 3.000 processos). Por esses motivos, são consignados elogios.

15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 25/08/2017)

- A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): não há.**
- B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G): não há.**
- C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe): não há.**

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provedimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos



quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n° 0010914-75.2016.5.15.0146, 0012630-74.2015.5.15.0146 e 0257700-77.2008.5.15.0146;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 29/08/2017, verificou-se a existência de 387 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências há mais de 5 dias) e INFOJUD (a exemplo dos processos n° 0000950-33.2013.5.15.0156, 0010997-91.2016.5.15.0146, 0010193-94.2014.5.15.0146);

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n° 0011886-16.2014.5.15.0146, 0010131-83.2016.5.15.0146, 0010068-92.2015.5.15.0146;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e também adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em 3 (três) dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação alguns processos na fase de execução – foram realizadas 75 no período de 08/2016 a 07/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,19 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Orlândia apresenta 19% do maior saldo de processos pendentes.

Observa-se que o cálculo de dias-juiz nos itens 10.1 e 10.2 desta Ata teve seu resultado ligeiramente distorcido, já que, por um problema técnico, o sistema automatizado calculou períodos de afastamentos de Juízes anteriormente à sua Titularidade na Unidade (em junho e julho – o que já foi encaminhado ao setor responsável). Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (64,3), não reflete com exatidão a realidade, e a média real de dias-juiz é de 66,58, superior à média do grupo, conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
08/2016	44
09/2016	35
10/2016	30
11/2016	42
12/2016	48
01/2017	81
02/2017	80
03/2017	89
04/2017	86
05/2017	78
06/2017	93
07/2017	93
Média mensal	66,58

Proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 44,16 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à



média de referido grupo (RARIA 50,2). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 36,04, também abaixo da média do grupo, de 54,4 (RARIA). Assim, a média total de solucionados com exame de mérito, de 178,0 (RARIA 80,20) na Unidade foi menor que a média do grupo, de 186,4 (RARIA 104,6) no mesmo período.

Destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 05, E. CNJ (impulsionar processos à execução com 58%), Meta 6 do E. CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 com 67% de cumprimento), tampouco a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento, com -32% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade, há audiências agendadas na Vara do Trabalho de Orlândia com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA (DIAS)
INICIAIS	28/09/2017	0	34
UNAS	25/10/2017	1	61
INSTRUÇÕES	25/10/2017	0	61
CONCILIAÇÃO	05/10/2017	0	41
MEDIAÇÃO	-	-	-

Por sua vez, a pauta informada para o Posto Avançado de Morro Agudo foi:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA (DIAS)
INICIAIS	04/10/2017	100	40
UNAS	11/10/2017	36	47
INSTRUÇÕES	06/02/2018	0	165
CONCILIAÇÃO	-	0	-



Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. São excluídos de pauta inicial processos contra Órgãos Públicos, mas incluídos aqueles que dependam de perícia.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS **(fonte: Vara do Trabalho)**

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	3	5	4			12
	tarde	3	5	3		2	13
quinta	manhã	3	5	3			11
	tarde	3	5	3			11
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR/ POSTO AVANÇADO DE MORRO AGUDO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	2	6	3			11
	tarde	2	4	4			10
quarta	manhã	2	6	3			11
	tarde	2	4	4			10
1 quinta por mês	manhã		22				22
	tarde		22				22
sexta	manhã						
	tarde						



18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 200 dias, significativamente menor que a média de seu grupo (342 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 180 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 204 dias, indicando, assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio diminuiu de 216 para 200 dias – e o prazo médio do ajuizamento até a prolação de sentença foi reduzido de 230 para 185 dias.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 396, bem menor que a média de seu grupo, de 1.061 processos.

Por esses resultados, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente observando as datas de pautas indicadas nesse item 18.

De toda forma, considerando ter sido informado que não se adotam medidas de incentivo à mediação na Vara, sugere-se que se estude a viabilidade de implementar o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.



19 – RECOMENDAÇÃO:

19.1 – com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que padroniza as rotinas no âmbito do PJe, deixar sob responsabilidade dos assistentes de juiz as minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deverá ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2016, conforme registro no item 11 desta Ata, não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar maior quantidade de processos de execução que os casos novos de execução no ano), Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2013) e Meta 5, JT (reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014), respectivamente, com 58%, 67% e -32% de cumprimento;

20.4 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.5 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº



07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

20.6 – utilizar regularmente as ferramentas SIMBA, INFOSEG, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.7 – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

20.8 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 04/09/2017 e 05/09/2017, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
01	0001821-63.2013.5.15.0156	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RCT -Recebido pela contadoria” desde 13/7/2017. Entretanto, verifica-se haver trânsito em julgado e determinação para a realização de perícia contábil.	Regularizar o lançamento dos dados, adequando-os a fase processual (liquidação), para que haja transparência no andamento e correta contagem de prazos médios em cada fase. Além disso, atentar-se para o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, alterado pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2015, que trata da migração dos feitos.
02	0142300-83.2006.5.15.0146	Processo físico na variável 346 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de liquidação), com última ocorrência “RCT -Recebido pela contadoria” desde 1º/8/2017. Verifica-se haver acordo descumprido, habilitação	Regularizar o lançamento dos dados, adequando-os a fase processual (execução), para que haja transparência no andamento e correta contagem de prazos médios em cada fase.



		no juízo falimentar e, atualmente, prosseguimento para apuração dos valores descumpridos.	
03	0033000-21.2008.5.15.0146	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (embargos de declaração pendentes). Verifica-se que há incidente processual já analisado e não solucionado no SAP1G.	Sanear a inconsistência. Em situação semelhante, sem solução para embargos à execução (variável 150, e-GESTÃO) o 0000195-72.2014.5.15.0156.
04	0181200-04.2007.5.15.0146	Processo físico na variável 144 do e-GESTÃO (impugnações à sentença de liquidação pendentes) com última ocorrência "PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico" desde 28/7/2016. Consta cadastro do incidente sem petição vinculada, razão pelo qual permanece pendente no sistema.	Sanear a inconsistência.
05	0012321-19.2016.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando Audiência" com audiência realizada em 15/08/2017.	Embora de tramitação recente, determina-se intensificar a gestão para que permaneçam na tarefa apenas os processos que aguardam realização de audiência futura.
06	0011492-38.2016.5.15.0146	Processo eletrônico na caixa/tarefa "Aguardando término dos prazos" (Liquidação). Há atos de comunicação expedidos com prazo "0", impedindo o vencimento automático pelo sistema.	Intensificar a gestão dessa tarefa para correto lançamento e controle dos prazos, tramitando-se os feitos com rigorosa observância dos prazos processuais para controle do sistema e abstenção do uso de prazos nulos.

22 – CONSTATAÇÕES:

Dr. Rodrigo Penha Machado esteve presente, embora em licença-saúde.

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados na fase de conhecimento e liquidação e, separadamente, a fase de execução, haja vista a razoável redução do prazo médio na fase de execução. As reuniões tem o propósito das orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências, registro de soluções nos incidentes processuais, bem como quanto a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.

a) Fase de Conhecimento e Liquidação

Neste ato, verifica-se que a Unidade não adota a padronização de nomenclatura das subcaixas, conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente, sobretudo, possibilitando relatórios mais consistentes do SICOND. A nomenclatura observará o seguinte modelo:



“AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;
- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente:

- 2017/07 – 1ª quinzena;
- 2017/07 – 2ª quinzena;
- 2017/11 – 2ª quinzena;
- 2018/08 – 1ª quinzena.

No mais, chama-se a atenção da Unidade para a criação ou remoção de uma subcaixa de prazo quinzenal. Ao criá-la ou removê-la, por exemplo, da fase de conhecimento, ocorre a automática criação ou remoção de uma subcaixa de idêntico prazo nas demais fases processuais. Nesse aspecto, a Corregedoria alerta que as subcaixas de prazo quinzenais sejam removidas apenas se as subcaixas de idêntico prazo das demais fases processuais estiverem zeradas também. Eventual remoção de subcaixa com processos, faz com que todos os processos ali contidos sejam movidos para a raiz da caixa. Por fim, alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática.

A Equipe reconhece que havia uma lacuna no lançamento de soluções dos incidentes de exceções de incompetência, justificando os números (37) do quadro 5 da presente ata. Verifica-se, ainda, a elevação de incidentes desta natureza, tanto na Unidade, quanto em seu posto avançado de Morro Agudo, razão pela qual a Corregedoria recomenda maior atenção no lançamento das soluções, a fim de evitar as pendências ora vistas.

Controle de perícia é adotado pela Unidade, assim como no Posto Avançado, inclusive com a designação prévia da audiência de instrução. O depósito prévio de honorários arbitrados em um salário-mínimo é realizado na conta bancária do perito diretamente, por vezes, com insurgência da reclamada, haja vista a impetração de mandado de segurança.

A triagem para a pauta leva em consideração a concentração da mesma reclamada, bem como, do mesmo advogado da parte autora.

A pauta informada pela Unidade está determinada segundo o Magistrado titularizado recentemente em 07/08/2017.

A Unidade constata que a comunicação de ato por e-mail realizada dentro do PJe não está habilitada, por exemplo, com o aviso de recebimento, com o aviso de que o endereço eletrônico do destinatário é incorreto, tampouco, com o envio para mais de um



endereço eletrônico, funcionalidades que seria imprescindíveis para confirmação da efetividade ou não do ato. Assim, por se tratar de evidente sugestão de melhoria e aprimoramento do sistema PJe, a Corregedoria orienta a Unidade a enviá-la ao Comitê Gestor Regional do PJe, por meio do endereço eletrônico comitepje@trt15.jus.br para apreciação e, se o caso, encaminhamento ao Comitê Nacional correspondente.

Anotação de CTPS. Há determinação em sentença para apresentação na Unidade, enquanto, para processos que foram baixados do E. Tribunal, por despacho, determina-se a apresentação diretamente à reclamada. Constata-se a ineficácia das medidas, haja vista a diversidade de procedimentos, ensejando muitas anotações pela própria Unidade. Assim, visando a redução da gestão de documentos em Secretaria, sugere-se que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado, presumindo-se o cumprimento da obrigação de fazer no silêncio do autor.

Liquidação. Há intimação para a reclamada apresentar os cálculos, com prazo para o reclamante se manifestar, seguido da homologação dos cálculos.

A divergência de cálculos tem ensejado a nomeação de perito contábil e, embora tenham implementado a prática do controle de perícia, também, na fase de liquidação, a inobservância dos prazos estipulados tem prejudicado a prática. Neste sentido, a Corregedoria sugere uma reunião com os peritos para alinhamento da prática, a fim de que seja exitosa.

A prática da liquidação não ensejou elevação do número de impugnações às sentenças de liquidação.

De qualquer forma, sugere a Corregedoria que as reclamadas sejam intimadas a, não só apresentar seus cálculos, como, também, realizar o depósito do valor que entende devido, nos termos da r. sentença. Na sequência, liberar o valor depositado, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação. A Corregedoria insiste, ainda, na implementação da mediação em processos na fase de liquidação.

Prática da liberação de valores – informaram a emissão da guia pela própria parte, com cumulação de execuções e conferência para não haver levantamento em duplicidade. A Unidade relata seguir a recomendação da Corregedoria.

Informado que depósitos judiciais têm sido realizados em agências bancárias fora da jurisdição de Orlândia, o Juízo tem determinado a correção do depósito, com posterior liberação do anteriormente realizado.



b) Fase de Execução

Na presente correição, evidencia-se relevante redução do prazo médio da fase de execução que apurou 442 dias, inferior à média anterior de 829 dias.

Constata-se o uso de CCS com algum êxito na execução. Também confirmam o uso de SERASA, o que é sugerido pela Corregedoria como meio eficaz de finalizar a execução.

As Oficiais de Justiça relatam observância do fluxo processual da execução, sobretudo quanto ao uso do EXE15.

Ratifica-se a implementação da mediação na fase de execução, ressaltando-se os altos índices de conciliação obtidos, inclusive, com atuação do Oficial de Justiça. Diante disso, as Oficiais informam que há manifestação de interesse na tentativa de acordo, o que é levado a conhecimento do GIE para as providências cabíveis.

c) Diretora

Na reunião com a gestora ressaltou-se:

- a necessidade de ser levado a conhecimento do Comitê Regional do PJe as limitações das notificações por e-mail, dentro do sistema PJe, tais como, impossibilidade de encaminhar para mais de um endereço eletrônico, de ter uma confirmação de recebimento da correspondência, de mensagem de retorno, se se tratar de endereço eletrônico inválido;
- a minimização da gestão de documentos, mormente, de CTPS, na forma sugerida acima;
- a melhora na comunicação com os peritos contábeis, cujas medidas já foram adotadas, segundo esclarece a gestora.

No tocante aos processos que aguardam o decurso do prazo de razões finais, a Gestora informa que os processos em que há concessão deste prazo são imediatamente direcionados para a tarefa “Minutar sentença”, ainda que o prazo esteja em curso. Nesse sentido e constatado que a Unidade não tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, a Corregedoria orienta pela sua criação, da qual deve se valer, a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. No mais, alerta-se para o acompanhamento frequente de movimentação de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

Orientou-se quanto a existência de possíveis inconsistências no índice de incidentes processuais, item 5 desta ata, devendo ser reforçado aos orientadores das fases



que alerte os servidores sobre a necessidade de registrarem os movimentos que dão solução aos incidentes.

Por fim, recomenda-se que as equipes sejam orientadas a melhorar a organização dos agrupadores; procurar não deixar processos parados em caixas de tarefas intermediárias; retirar os destaques de sigilo dos documentos no PJe, quando não mais necessários; remover as subcaixas (PJe) e setores destinos (SAP1G) não autorizados pela Corregedoria (ATZ-ATUALIZAÇÃO DE VALORES, AUD-GAVETA DE AUDIÊNCIA, PZO-GAVETA DE PRAZO, REU-PROCESSO REUNIDO, entre outros); e criar o hábito de indicar que os arquivos e documentos anexados aos processos foram apreciados (estourar os balões).

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Rodrigo Penha Machado tem prazo até fevereiro de 2018 para passar a residir na jurisdição ou solicitar autorização para residir fora. Por sua vez, a MM^a. Juíza Substituta Auxiliar Fixa Maria Teresa De Oliveira Santos reside na sede da circunscrição, assim como a MM^a. Juíza Substituta Mila Malucelli Araujo.

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentenças.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio da Vara e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP n° 3161/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



25 – ENCERRAMENTO:

No dia 11 de setembro de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.